

Cobranças Estatais Vinculadas ao Meio Ambiente e à Mineração

O exercício da atividade minerária importa em tributação e sujeição à outras cobranças estatais. Tributos incidentes, Compensação Ambiental (Lei do SNUC) e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

Crimes Ambientais e Minerários

Estudo dos crimes decorrentes de infrações à legislação mineral e minerária. Competência. Denúncia. Responsabilidade penal ambiental. Efetividade dos instrumentos punitivos e efeitos civis da condenação criminal.

Direito Ambiental

Introdução ao Direito Ambiental. O direito ambiental como ramo do direito. Fontes do direito ambiental. Princípios do direito ambiental. História do direito ambiental e da legislação ambiental no Brasil. Política nacional do meio ambiente. Política nacional de saneamento básico. Política nacional de recursos hídricos. Atualidades sobre o Direito Ambiental e o meio ambiente.

Direito Ambiental Aplicado

Responsabilidade civil ambiental. Poluidor/Pagador. Código Florestal. Mata Atlântica. Unidades de conservação. Direito Ambiental aplicado aos setores elétrico e minerário. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Due Diligence Ambiental e Minerária.

Direito Constitucional Aplicado ao Direito Ambiental

Apresentação da dinâmica e interpretação das normas constitucionais, bem como a organização e limitação do poder estatal em contraponto aos direitos fundamentais. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Competência ambiental. Princípios constitucionais do Direito Ambiental. Direito Fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Introdução básica à Teoria Geral do Direito Público como pressuposto de compreensão do Direito Minerário e Ambiental.

Direito Minerário Aplicado

Responsabilidade civil ambiental. Poluidor/Pagador. Código Florestal. Mata Atlântica. Unidades de conservação. Direito Ambiental aplicado aos setores elétrico e minerário. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Due Diligence Ambiental e Minerária. Regimes de aproveitamento das substâncias minerais: princípios, autorização, concessão, licenciamento, extração e permissão de lavra garimpeira. Alienação e Oneração de Direitos Minerários. Cessão: total, parcial e temporária; direitos reais de garantia sobre Direitos Minerários. Pesquisa Mineral e Lavra. Servidão Mineral. Titularidade dos Direitos Minerários. Participação do proprietário do solo nos resultados obtidos pela atividade de mineração.

Direito Regulatório e Administrativo Aplicado

O Direito Administrativo como pressuposto para compreensão das relações entre a Administração Pública e os "administrados" no contexto ambiental e minerário. Administração Pública Direta e Indireta. Poderes e deveres da Administração Pública. O ato administrativo e seus efeitos na seara ambiental. O Poder Normativo da Administração em sua atividade regulatória ambiental. O papel do município no meio ambiente. Atividades regulatórias ligadas ao Direito Urbanístico Responsabilidade administrativa. Poder de polícia em matéria ambiental. Sanções administrativas.

Direito Societário Aplicado ao Setor Minerário

Teoria Geral do Direito Societário; Tipos societários comumente adotados no setor minerário: Sociedade Limitada e Sociedade Anônima; Mercado de Capitais; Compliance; Modalidades de funding para sociedades mineradoras; Emissão de valores mobiliários: Ações (IPO e follow on); Debêntures; Commercial paper; ADR - American Depositary Receipts e BDR - Brazilian Depositary Receipts - Venture Capital e Private Equity; Consórcio de Sociedades; Operações de Reorganização Societária: M&A no setor minerário; Transformação, fusão, incorporação e cisão. Fechamento de capital,

alienação de controle e oferta pública para aquisição de controle. A crise da sociedade empresária: Falência e Recuperação de Empresa no setor minerário.

Direito Urbanístico

Conceito. Autonomia. Princípios. Política Urbana. Competências constitucional e o lugar dos municípios. Estatuto da Cidade. Proteção do Patrimônio Cultural Material.

Instrumentos de Intervenção Urbana. Institutos Jurídicos e Políticos:

a) desapropriação; b) servidão administrativa; c) limitações administrativas; d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; e) instituição de unidades de conservação; f) instituição de zonas especiais de interesse social; g) concessão de direito real de uso; h) concessão de uso especial para fins de moradia; i) parcelamento, edificação ou utilização compulsório; j) usucapião especial de imóvel urbano; l) direito de superfície; m) direito de preempção; n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; o) transferência do direito de construir; p) operações urbanas consorciadas; q) regularização fundiária; r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; s) referendo popular e plebiscito; t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária u) legitimação de posse. Inventários e Registros. Instrumentos de Regularização Fundiária. Plano Diretor Estratégico.

Direito Urbanístico e Mineração

Princípios, conceitos e limites do Direito Urbanístico e do Planejamento Urbano-Regional. Direito Urbanístico e Desenvolvimento Econômico Cidades minerárias ou Cidades mineradas? Deflagrando o conflito urbano: impactos e atores da atividade minerária em diferentes escalas. Legislação e instrumentos urbanísticos em territórios minerados: antes e depois. Territorialização, desterritorialização e a função social da propriedade.

Introdução ao Direito Minerário

Compreensão do Direito Minerário enquanto ramo autônomo do Direito que trata da gestão e exploração de recursos Minerais. Regime Jurídico da Exploração Mineral na Constituição e Legislação Infraconstitucional. Princípios Gerais da Exploração. Natureza jurídica dos direitos minerários. Competência da Agência Nacional de Mineração. Marco Regulatório.

Prevenção de Desastres e Gestão Jurídica da Paisagem

A Rigidez locacional em questões minerárias. A viabilidade locacional em atividades de mineração. A proteção do Patrimônio cultural - instrumentos e sistema nacional de proteção do patrimônio cultural (inventário, registro, tombamento, vigilância, etc.). A mineração na cidade e seus desafios - Política Nacional Urbana. Estatuto da cidade. Estatuto da Metrópole. Áreas contaminadas e a mineração. A proteção do patrimônio espeleológico e a mineração. Atividades de mineração em terras indígenas e de outras populações tradicionais. Unidades de conservação e atividades extrativas. Prevenção e gestão de desastres ambientais.

Processo Administrativo Ambiental

SISNAMA - Gestão ambiental. Métodos de Avaliação e Elaboração de Estudos- EIA/RIMA. Zoneamento ambiental. Licenciamento ambiental. Avaliação de Impactos Ambientais.

Processo Administrativo Minerário

Compreensão do Processo Administrativo Minerário, com suas peculiaridades e etapas específicas. Requerimentos Administrativos, recursos, infrações e sanções; regime de competências; prazos. Perda do Direito Minerário.

Tutela Judicial das Questões Ambientais e Minerárias

Discutir aspectos constitucionais e processuais controvertidos em relação aos principais instrumentos de defesa dos direitos dos cidadãos em face dos poderes públicos (Mandado de Segurança - Habeas Data - Ação Popular - Ação Civil Pública). Estudo dos procedimentos geralmente vinculados às querelas relativas ao Direito Minerário e Ambiental tais como Consignação em Pagamento, Execução Fiscal, Embargos, Ação de Fixação de Renda e Indenização, Definição Judicial da Servidão Minerária etc. Tutela coletiva - Execução de sentença coletiva.



Especialização em Direito Ambiental, Minerário e Urbanístico

OFERTA 2, TURMA 1, MODALIDADE Assíncrono

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS